

SURES

Dossiê: Povos indígenas: velhos atores e novas interpretações



Grafismo estampado na parede da Escola Guarani Itaty (SC)

O presente dossiê aponta para as novas epistemologias sobre e dos povos indígenas. Esses novos saberes direcionam para dinâmicas de compreendê-los a partir de modernos referenciais das ciências sociais, em especial a História e a Antropologia, em não mais situá-los como figurantes da história Ibérica, tampouco percebê-los como meros coadjuvantes da longa história colonial, vítimas do processo histórico ou mesmo transfigurados no idealismo do bom selvagem. Como sujeitos de seus tempos históricos estão cada vez mais presentes na sociedade Latino-Americana, demonstrando que, do ponto de vista social, deixaram os bastidores e agora ocupam os palcos, como bem pontuou Maria Regina Celestino de Almeida (2010).

Da visão estereotipada à novos sujeitos emana a necessidade de contemplar em todos os processos educativos a noção de interculturalidade crítica. Isso remete a

perceber que a história da América não começa pela chegada dos ibéricos; que os indígenas não desapareceram, não são apenas passado, são também presente e futuro. Reconhecer a pluralidade das historicidades implica pensar instintivamente na necessidade de conhecer-se. Conhecer e dialogar com a diversidade.

A emergência dos povos indígenas ensejou modificações nas legislações indigenistas em vários países Latino-Americanos, superando os preceitos da tutela e da integração nacional, pela qual esses povos eram pensados como categorias transitórias e, criou a necessidade de repensar o próprio conceito de Nação monolíngue e unicultural. Porém, a legislação, por si só, não é suficiente para modificar a colonialidade, já que ela é resultado do próprio processo colonial, tampouco é suficiente para modificar padrões de comportamento historicamente fundamentados em conceitos raciais e de eugenia. Dentre as proposições normativas recentes, no caso do Brasil, destacamos a Lei nº 11.645 de 2008, que introduziu mudanças na Lei de Diretrizes da Educação Nacional, para incluir a obrigatoriedade do ensino da temática da história e cultura indígena na educação básica.

No transcurso de concretizar a referida Lei, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ofertou um curso para a formação de professores e outros profissionais na área da educação a fim de contemplar as demandas legais e efetivar mudanças de paradigmas educacionais. Dos trabalhos finais dos cursistas selecionamos alguns que compõem o presente dossiê, contemplando a diversidade regional e as diferentes expressões e olhares sobre esses povos.

A Revista SURES, que tem como proposta metodológica a interdisciplinaridade e contribui “para o desafio de pensar de modo plural as epistemologias do hemisfério sul”, acolheu a presente proposta. É um conjunto de 11 artigos que abordam a temática indígena em diversas perspectivas, desde a dimensão específica da educação escolar, como abordagens mais gerais sobre a revisão historiográfica, filosofia, direito e história regional. Importante que todos os artigos partem da perspectiva do questionamento a colonialidade e pontuam elementos que permitem perceber outras narrativas.

A partir de dados colhidos junto a experiência vivida em formação sobre histórias e culturas indígenas, Clovis Antonio Brighenti analisa as questões relacionadas ao preconceito para com os povos indígenas e as formas de superação, no artigo denominado “ensinar e aprender sobre a História Indígena”. Sua análise evidencia que nem toda discriminação, racismo e preconceito é resultado de desconhecimento,

portanto, a aplicação da Lei nº 11645/2008 é importante, mas deve ser vista como um paliativo e não como elemento central no respeito a diversidade. Há outros elementos centrais, resultado do processo colonial, que implicam numa ação direta de disputas territoriais e por recursos naturais.

Até recentemente as ciências humanas considerava os povos indígenas a-históricos, porque não produziram elementos semelhantes a escrita ocidental, dificultando compreendê-los em suas historicidades. Os debates entre a Antropologia e a História foram marcados por inúmeros “mal entendidos e resistências”, sendo que Levi Strauss ofereceu aos historiadores reflexões bastante atuais e persistentes (IEGELSKI, 2012). A aproximação das duas ciências permitiu pensar os mitos indígenas compreendendo como estes elementos culturais também podem ser pensados historicamente. Conforme defende a autora do artigo intitulado “por “outras histórias” possíveis: A História e a Antropologia na análise dos mitos indígenas”, Maria Ariádina Cidade Almeida “este artigo serve para dizer que os limites entre a Antropologia e a História não estão postos como uma linha reta, onde sabemos o início e o fim, mas se apresenta como uma curva, ou labirinto que iniciamos sem saber o que nos aguarda no fim do trajeto. É preciso seguir o conselho de Braudel e estar atento ao tempo, aos múltiplos tempos para não cairmos no risco de defender uma história única, nem no esvaziamento do passado e na prisão confortável do etnólogo que é o eterno presente.”

Saulo Ferreira Feitosa, em seu artigo “o Estado brasileiro, os povos indígenas e o desafio da interculturalidade” se propõe a refletir sobre as possibilidades reais de construção de relações interculturais entre o Estado brasileiro e os Povos Indígenas. “Fazendo uso do conceito de Etnofagia Estatal e considerando o caráter uninacional e monocultural do Estado, questiona se, apesar do discurso de respeito à diversidade cultural que nas últimas décadas vem sendo adotado pelos Estados nacionais, é possível contemplar a pluralidade étnica dos povos originários nas políticas a eles destinadas. Na tentativa de encontrar respostas, sugere a interculturalidade crítica enquanto perspectiva de construção de alternativa, contudo reconhece que a mesma terá que se confrontar com todos os obstáculos impostos pela Colonialidade do Poder”.

Em que pesem as mudanças verificadas nas legislações indigenistas da maioria dos países na América Latina e nos acordos e convenções internacionais, as estruturas coloniais de poder inauguradas no século XVI com as conquistas ibéricas ainda estão presentes na vida dos povos indígenas através da colonialidade. Rosane Freire Lacerda, com seu artigo “Eurocentrismo, Modernidade e Colonialidade na Construção do Estado

e das Relações Étnico-Raciais na América Latina” chamar a atenção para a “diversidade das formas de resistência experimentadas por aqueles povos contra os processos históricos e atuais de dominação colonial, e a importância da interculturalidade crítica para as lutas de ruptura com esse processo”.

Com o artigo, “dialética negativa e o pensamento decolonial”, Giovane Rodrigues Jardim analisa como o “pensamento decolonial latino-americano avança em uma virada epistemológica no horizonte de romper com o pensamento dominante, unidimensional, e justificador de projetos históricos estabelecidos. Assim, é possível estabelecer marcos de diferenciação em relação ao pensamento pós-colonial, sobretudo em sua postura crítica ao projeto modernizador europeu. Entretanto, é importante pôr em discussão certa perspectiva de diálogo entre a reflexão latino-americana e os pensamentos independentes de outros continentes, inclusive do europeu, para que com isso se possa ao menos compreendê-los em seu compromisso de lutar, nas palavras de Ramón Grosfoguel, “por un mundo donde otros mundos sean posibles”.”

Vanessa Rodrigues de Araújo nos apresenta uma proposta de pensar a pedagogia decolonial e sentipensante, como elemento capaz de motivar, a partir da Lei nº 11.465/08, reflexões sobre o processo histórico, à luz do poder moderno/colonial. Sustentada no resgate de laços afetivos da experiência coletiva, pretende estimular o movimento sincrônico de modo a permitir saber sobre si mesmo e sobre o outro, além de reconhecer-se no outro. Concluiu que a “imposição de uma única forma de saber, o moderno colonial, repercutiu negativamente nas histórias de vida dos sujeitos que carregam a marca da colonialidade. A assimilação de uma visão de mundo pautada na história e na cultura europeia provocou experiência alienante de não *saber quem se é*. O desconhecimento sobre si mesmo, por vezes, imprimiu marcas negativas e dolorosas na subjetividade dos sujeitos, de forma a alimentar o racismo contra todos os grupos e povos que representam a nossa origem não branca.”

Outro elemento importante brindado pela professora Cristiéle Santos de Souza é a análise das “políticas de memória e estratégias de esquecimento nos discursos de preservação da memória indígena”. A pesquisadora busca compreender a “concepção de políticas de memória e de estratégias de esquecimento relativas à construção de discursos preservacionistas direcionados a salvaguarda da memória dos povos indígenas no Brasil. Para tanto, são observados os conceitos de “memória”, “regimes de historicidade” e do “bem viver”, problematizando a construção dessas políticas como zona de conflito entre diferentes visões de mundo e modos de vida.”

Como a disciplina Geografia pode abordar a temática indígena e tornar-se um elemento importante na difusão e socialização dos conhecimentos dos povos originários, é o desafio que se propõe Angélica dos Reis Gabas, no seu artigo “o estudo das lutas, resistências e desafios enfrentados pelos povos indígenas na atualidade: aplicando a Lei nº 11.645/08 na Geografia no Ensino Médio”. Para essa pesquisadora “a abordagem proposta tem como eixo norteador o pensamento e a pedagogia decolonial, além do bem viver e da desobediência epistêmica como formas de resistência indígena e apresenta as atuais lutas, resistências e desafios enfrentados pelos povos indígenas perante conflitos agrários e impactos socioambientais resultantes de empreendimentos hidrelétricos, agroindustriais e minerários. Pretende-se, assim, conscientizar e mobilizar os estudantes quanto à questão indígena, possibilitando a transformação social e a construção de um futuro no qual as ações e decisões políticas e econômicas não violem os direitos desses povos.”

A população Guarani ocupante das terras no oeste do Paraná enfrentou processo singular de violações de direitos durante a colonização da região tendo sido considerada estrangeira pela historiografia. Os Guarani não assistiram passivamente o processo de esbulho de suas terras, buscaram estabelecer estratégias de permanecer na região ao mesmo tempo em que questionavam o discurso do estrangeirismo. Nesse contexto, Rosângela Daiana dos Santos e Clovis Antonio Brighenti buscam evidenciar como a figura do Guarani aparece no processo da colonização na região citada, entre o imaginário do indianismo e uma prática de eliminação social.

Ainda na perspectiva de olhar para os povos indígenas a partir da ação dos mesmos, Deyvisson Felipe Batista Rocha analisa o processo de autodemarcação de Terras Indígenas no Brasil, ou seja, como os povos indígenas reagem a inércia do Estado em fazer valer os direitos constitucionalmente garantidos. Analisa os diferentes processos ocorridos nas últimas décadas buscando encontrar os elementos comuns e as particularidades de cada movimento. Para o pesquisador, a autodemarcação é uma proposta inovadora por parte do movimento indígena, que deseja em última instância romper com a perspectiva da ação tutelar do Estado.

Por fim, Teresa Almeida Cruz, nos brinda com um artigo que aborda uma visão panorâmica dos processos de resistências dos povos indígenas do Brasil, “desde os tempos coloniais, destacando como a historiografia colonialista e eurocêntrica silenciou e marginalizou estes povos da história do Brasil, colocando-os como vítimas e fazendo com que eles desaparecessem da história ou fossem lembrados apenas como algo do

passado. Entretanto, isto é uma questão de olhar, pois eles sempre tiveram presentes na nossa história não só como vítimas, mas também como sujeitos históricos que sempre teceram estratégias de resistências e lutas em todos os momentos históricos, sobretudo, para garantir os seus territórios e os seus costumes e tradições, em confronto com os projetos colonial, imperial e republicano”.

Ainda dentro dessa edição n. 9 *SURES* contamos com o artigo de Guilherme Francisco Waterloo Radomsky “‘Vidas’ em questão: biotecnologias, biopolítica e necropolítica”; um segundo artigo de Diego Becker da Silva “Retratando a sociedade: O muralismo venezuelano”. E para finalizar contamos com a bela poesia de Pavel Zanesco Ferreira “Parede Caída”.

Só nos resta a agradecer a contribuição de todos, sem dúvida são textos importantes para evidenciar a história e outras ciências, a partir da aproximação com o pensamento indígena. É na multiplicidade de olhares singulares para uma mesma temática que se constrói a episteme.

Clovis Antonio Brighenti